



PROJETO DE LEI nº 3.569-B, DE 1993

que eleva o desconto do tempo de cumprimento da pena para 10 (dez) dias por mês, considerados os mesmos 22 (vinte e dois) dias úteis de trabalho mensal.

Vai além o Projeto, pois estabelece como nova causa de remição, nas mesmas proporções de tempo, o estudo, “quando o preso for impedido de trabalhar, por deficiência do estabelecimento penal”.

O estudo considerado como apto ensejar o benefício da remição é caracterizado no Projeto, como ensino profissional, “ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico”, obrigatório para os apenados “que não possuam formação profissional definida”.

Aprovado na Câmara, tal como proposto, foi o Projeto submetido à revisão do Senado. A emenda ali aprovada, apesar da concisão dada aos textos dos arts. 19 e 33 em nada altera a substância da proposta: a remição, tanto no Projeto iniciado na Câmara quanto na emenda do Senado, não se dará mais pelo trabalho do preso, na medida de um dia de sentença condenatória por três de atividade laboral, de acordo com o estabelecido no art. 126 da Lei de Execução Penal, mas na proporção e na forma preconizadas no Projeto do deputado José Abrão: um dia de pena por dois dias de trabalho ou de estudo.

Em determinado ponto de seu parecer o ilustre Relator, Senador Cid Sabóia de Carvalho, reúne o trabalho e o estudo como condições cumulativas para que se opere a remição. Só na impossibilidade de trabalhar, por deficiência do estabelecimento penal, é que assistiria ao apenado o direito à remição através exclusivamente do estudo. É o que se lê no parecer:

“Na modificação introduzida no art. 126, o tempo de estudo passa, juntamente com o trabalho, a poder remir parte do tempo de execução da pena, na proporção de dois dias de trabalho e estudo por um dia de pena. E, na impossibilidade de trabalhar, por deficiência do estabelecimento penal, o preso terá esse direito assegurado apenas com o estudo”.

Essas condições não foram contempladas na emenda, que ao contrário do parecer adotou as duas causas – trabalho e estudo – como motivadoras independentes da remição, pouco importando, segundo o texto do art. 126, assim modificado, para a diminuição da pena através do estudo, a existência ou inexistência de trabalho na instituição prisional. É o que se lê na emenda aprovada:

“Art. 126 – O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho e pelo estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º - A contagem do tempo para a fim deste artigo será feita à razão de um dia de pena por dois de trabalho ou estudo.

Conicionados, infelizmente, pelo Regimento Interno à escolha de uma das proposições em causa – a do Senador ou a da Câmara – entendemos que a emenda do Senado, ao refundir o texto do Projeto iniciado na Câmara, não lhe acrescentou matéria nova, além de manter intocado o núcleo da proposta, que é sem dúvida, o de alterar, em benefício dos apenados, os prazos concernentes à remição e o de acrescentar-lhe o ensino profissional como nova causa de sua aplicação.

Ocorre que o Poder Executivo acaba de enviar ao Congresso Nacional projeto de lei contendo proposta de alteração total da Lei de Execução Penal vigente, decerto elaborado à vista da experiência acumulada ao longo dos 15 anos de sua aplicação.

De acordo com a conclusão adotada em outros projetos que tratam da remição da pena, o parecer é no sentido de que seja o projeto apensado à referida proposta, para exame conjunto de suas disposições.

Sala das Sessões, 02 de outubro de 2001.

Deputado IBRAHIM ABI-ACKEL
Relator